



8.ª Comissão Permanente

Comissão Permanente – Mobilidade e Segurança

Relatório

“Sistema de Proteção Civil e Segurança (RSB) em Lisboa”

I. NOTA INTRODUTÓRIA

De forma a dar sequência, por um lado, e monitorizar, por outro, as diligências resultantes das deliberações da Assembleia Municipal sobre o Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) assim como, com o objetivo de aferir da evolução da recente reorganização do seu dispositivo operacional permanente, entendeu a 8.ª Comissão Permanente – Comissão de Mobilidade e Segurança - proceder à audição das estruturas representativas dos bombeiros bem como do respetivo Comando. Do mesmo modo, realizou algumas visitas aos principais centros operacionais do RSB.

Entendeu a Comissão que era importante que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento, ainda que sumário, do conteúdo dessas audições e diligências, dada a sua relevância, pese embora o desfasamento temporal em que foram ocorrendo, e que daí pudessem resultar conclusões e recomendações que ajudem a melhorar, no futuro, o funcionamento global do sistema de proteção e socorro da cidade de Lisboa.

II. CONSIDERANDOS

1. Enquadramento

De acordo com a lei de bases de proteção civil, é competência dos bombeiros a primeira resposta em situações de emergência, nomeadamente em incêndios e outras ocorrências onde exista risco de vida, perda de bens e impacto no ambiente.

Em Lisboa, em termos técnicos e operacionais, essa responsabilidade recai no Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), que funciona sob dependência direta da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Com origem em finais do século XIV, o RSB é uma instituição de grande prestígio e de reconhecida reputação a nível nacional, sendo a referência principal no âmbito das ações de prevenção, proteção e socorro a pessoas e bens na cidade de Lisboa.

De acordo com o Despacho 3683/2011, de 3 de Fevereiro, o Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) no exercício da sua atividade, enquanto corpo especial de Bombeiros profissionais a tempo inteiro integrados no mapa de pessoal do Município tem como

principal missão “assegurar as atividades de proteção e socorro, nomeadamente o combate a incêndios e socorros às populações” na cidade de Lisboa.

De forma muito sumária, e relativamente a aquartelamentos, existiam, em finais do século XIX, princípios do século XX, cerca de quatro dezenas de instalações. Em 1905 existiam um total de 37 aquartelamentos e em 1925 20 instalações. Na década de 1930 já só existiam 13 aquartelamentos, média que se manteve até aos anos setenta. Em finais dos anos setenta, princípios de oitenta, é inaugurado em Marvila o quartel da Companhia de Intervenção Especial (CIE) que veio a acolher a Companhia de Reforço, sediada até então no quartel Sede da 1ª Companhia (Av. D. Carlos I). Desde então Lisboa ficou guarnecida com dez quartéis.

O RSB é constituído por um corpo especial de bombeiros profissionais a tempo inteiro integrados no mapa de pessoal do Município que necessita, para o exercício das suas funções, de recursos humanos e materiais adequados.

Tendo como pressupostos a lógica da proximidade ao incidente e à população, a CML levou a cabo a reorganização operacional do dispositivo de socorro na cidade, de forma a ser o mais eficaz possível no âmbito de incêndios e outros acidentes que possam ocorrer em Lisboa.

Neste sentido, e para uma melhor organização no sentido de atingir e manter níveis de resposta no mais curto intervalo de tempo, dentro dos limites da cidade, foi necessário conceber áreas de influência operacional e respetiva afetação de viaturas.

2. Audição do Vereador Carlos Castro (7 de Abril 2015)

O vereador Carlos Castro foi ouvido em sede de Comissão onde apresentou os objetivos da reorganização e modernização do dispositivo do Regimento de Sapadores Bombeiros¹.

De acordo com o vereador, o Regimento de Sapadores Bombeiros não deve ser entendido de uma forma parcial. Pelo contrário, esta estrutura deve ser analisada de forma integrada quer na orgânica da CML quer na forma como presta os serviços à cidade.

O vereador fez uma retrospectiva dos problemas que procurou resolver desde o início do mandato, salientando que em Março de 2014 deu início à entrega de equipamentos de

¹ Apresentação anexa ao presente Parecer, do qual faz parte integrante.

proteção individual (botas, luvas, fardas). Referiu, também, que os fardamentos eram de cor caqui, mas como se sujavam muito alteraram para a cor azul-escura.

Outra questão delicada estava relacionada com as viaturas, dos 6 veículos autoescada, 3 estavam inoperacionais. Ao tempo estavam a procurar resolver, também, esse problema.

Informou, igualmente, que um outro problema detetado estava relacionado com a necessidade de reforçar os meios humanos para a condução, o que estava a ser resolvido dentro da escola de bombeiros.

Em relação à razão de combate, estava prestes a ser assegurado o fornecimento de um Kit de alimentação, distribuído 3 horas após o início de atividade.

No que se refere aos recursos humanos, o vereador deu nota da abertura de um concurso para admissão de 50 bombeiros, não obstante os 50 bombeiros provenientes do aeroporto que após a privatização da ANA descontinuou o serviço assegurado anteriormente pelo RSB.

Em relação à reorganização geográfica dos quartéis dos bombeiros, o quartel da Av. Defensores de Chaves iria ser extinto e será criado outro no Martim Moniz.

As transições de quartéis não vão colocar em causa a resposta de socorro.

A questão mais focada estava relacionada com o quartel de bombeiros do Colombo. O estudo que solicitou aos bombeiros para avaliar os tempos de resposta concluiu que neste aspeto os dados eram positivos. O tempo de resposta na cidade é de 6 minutos, à exceção da Alta de Lisboa que é de 12 minutos, razão pela qual se irá dar início à construção de um posto avançado nesta zona da cidade, que muito cresceu nos últimos anos.

Ainda em relação ao quartel do Colombo o vereador informou que a SALOC iria ser transferida para as instalações da Cruz das Oliveiras, em Monsanto, que dispõe de melhor equipamento.

Em relação ao Museu, pretendia valorizar e dar visibilidade ao espólio do RSB.

Em resposta às questões colocadas pelos deputados municipais, o vereador informou que não existe descontinuidade dos serviços e que os tempos de resposta ao socorro são dos melhores do mundo.

Quanto ao número de bombeiros deu conhecimento que existem várias doutrinas que defendem que Lisboa não necessita dos 1112 homens previstos no mapa de pessoal, mas sim 900.

Em relação aos Serviços Sociais dos Bombeiros, estes são muito valiosos e nos últimos anos verificou-se um reforço da parceria da CML. Pretende-se inovar e valorizar, o que permite desenvolver um bom trabalho junto dos bombeiros aposentados.

3. Visita à SALOC e audições dos representantes das estruturas representativas dos bombeiros e do respetivo Comando.

3.1. Visita às novas instalações da SALOC (4 abril 2016)

Após o encerramento do Quartel de Bombeiros do Colombo e da consequente transferência da Sala de Operações Conjunta (SALOC) da Câmara Municipal de Lisboa, para as instalações da Cruz das Oliveiras no Parque Florestal de Monsanto, a 8.ª Comissão decidiu visitar as novas instalações no sentido de averiguar as condições operacionais que se afiguravam controvertidas.

Os deputados municipais da 8ª Comissão realizaram a visita a 4 de abril de 2016, tendo sido acompanhados pelo Vereador Carlos Castro e pelas chefias desta unidade do Regimento de Sapadores Bombeiros.

As novas instalações da SALOC reúnem num mesmo espaço os meios de comando e controle do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, da Polícia Municipal, da Polícia Florestal e do Departamento de Proteção Civil, suportados por um sistema único de comunicações de acionamento de meios das respetivas estruturas.

As atuais instalações foram objeto de adaptação às necessidades de um equipamento com estas características. Ainda assim, os deputados presentes consideraram que as condições de habitabilidade não eram as melhores.

O Vereador referiu que estavam em curso melhorias nas condições da sala de operações, nomeadamente ao nível das condições de acústica, por forma a beneficiar o seu funcionamento, enquanto se aguarda o desenvolvimento do Centro de Operações Integradas.

De acordo com as declarações prestadas pelo Vereador, e como a gestão da informação é um dos fatores essenciais para o sucesso de uma organização, a mudança de instalações foi acompanhada com uma melhoria ao nível do *software*, o que permitiu reduzir os tempos de resposta e otimizar os recursos, potenciando assim uma gestão proactiva.

3.2. Audição do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) 2 Maio 2016

Estiveram presentes na audição Vítor Reis, José Malhadas e António Pascoal, membros da direção do STML, sendo os dois últimos também bombeiros do RSB.

A audição teve como elemento essencial a organização e a prestação de socorro na cidade.

Os representantes do STML deram conhecimento que, no seu entender, no passado, o socorro era mais musculado e que a nova reorganização, que entrou em vigor a 1 de abril, revela problemas ao nível da afetação de meios (humanos e materiais) e, por conseguinte, provoca um aumento dos tempos de resposta com a agravante da não existência dos meios adequados para as ocorrências tipificadas.

As saídas dos Veículos Urbanos de Combate a Incêndio (VUCI) e dos Veículos Ligeiros de Combate a Incêndio (VLCI) estão à condição. A recruta, a iniciar em Junho de 2016, estava prevista para 2015. Não abrindo outras recrutas, esta vem apenas colmatar as vagas produzidas nos últimos anos, mantendo-se o enorme défice de efetivos. As ordenanças não estão asseguradas/salvaguardadas.

Informaram, ainda, que o STML reuniu com o presidente da Câmara, ao qual deram conhecimento das dificuldades existentes com a reorganização, ao nível dos quartéis, embora concordem com a mesma mas discordem ao nível do dispositivo operacional de socorro.

Para suportarem a sua apresentação, os representantes do STML distribuíram um documento que se anexa a este relatório.

Após a intervenção do STML seguiram-se rondas de perguntas e resposta.

As perguntas/intervenções versaram sobre os seguintes temas: Existência dos 85 homens necessários para manter o dispositivo operacional; audição do Vereador Carlos Castro e sua

apresentação dos mapas com tempos de respostas otimizados; grau de realismo desses tempos de resposta; falta ou não de meios humanos em termos globais; apreciação crítica das condições da atual SALOC; confiança ou não nas atuais condições de prestação de socorro na cidade; capacidade das viaturas em termos de água e paralelismo com a atuação dos GIPS (Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro) que atuam na floresta com viaturas com menor capacidade; quem dá a instrução acerca do tipo de viatura que sai do quartel; viaturas avariadas; atraso no início da recruta de novos bombeiros; destino dos 50 homens que estavam afetos ao aeroporto e se a alocação de 30 profissionais ao setor da formação não era excessiva.

Em resposta às questões colocadas a direção do STML referiu que não pretende alarmar mas sim despertar para as deficiências do sistema em termos de Recursos Humanos.

O RSB tem os 85 homens para equipar os VLCI. O problema não se prende apenas com este tipo de viatura, mas sim com os restantes tipos.

Reforçaram que a CML tem gerido mal os recursos humanos e que existem viaturas com mais de 30 anos a saírem para o socorro.

No que se refere à capacidade das viaturas informaram que os incêndios florestais e as necessidades urbanas são bem distintos pelo que não se pode comparar o que não tem qualquer semelhança.

A direção do STML referiu, ainda, que estas preocupações já foram transmitidas a quem de direito e que antes da reorganização alertaram para o que as evidências comprovam.

Com menos recursos humanos a qualidade de serviço poderá estar em causa.

Os profissionais do aeroporto na sua maioria foram afetos à formação, e os restantes colmataram as aposentações, sendo o saldo zero.

Deram, ainda, conhecimento que o comandante do RSB está proibido pelo vereador de reunir com os sindicatos e que o quartel de Santo Amaro serve o porto de Lisboa, terminal de cruzeiros e a zona ocidental da cidade e não tem VUCI adstrita.

3.3. Audição do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais (SNBP) 5 Maio 2016

Esteve presente na audição Fernando Curto, membro da direção do SNBP, bombeiro de profissão e diretor da escola do RSB.

À semelhança da reunião com o STML, esta audição teve como fundamento a reorganização e a prestação de socorro na cidade.

Na sua intervenção inicial, Fernando Curto informou que concorda com a reorganização do espaço físico dos quartéis, pois tem uma componente inovadora ao nível europeu.

O problema atual do RSB está relacionado com o reduzido número de profissionais. Nos próximos 3 anos deveriam entrar entre 300 a 400 bombeiros para fazer face às necessidades. Como a recruta de novos bombeiros demora cerca de um ano, foi proposto ao vereador um ciclo anual de admissão de novos bombeiros.

A falta de recursos humanos condiciona a saída de viaturas para prestar o socorro.

Após a intervenção do dirigente do SNBP seguiu-se um período de perguntas e respostas.

As perguntas/intervenções versaram sobre os seguintes temas: cenário de “alarmismo” aventado por outras estruturas sindicais em que a cidade não estava protegida e em que os meios de desencarceramento são insuficientes; concordância ou não com este cenário; alteração ou não de serviços no que respeita às VUCI’s e às VLCI’s; diferença de opinião nas audições no que concerne à reorganização; nomeação para a direção da escola do RSB; estabelecimento de ordenanças; tipificação é feita com base nas necessidades do socorro que tem de ser prestado ou é feita com base nos meios disponíveis; quartel de Benfica reúne as condições desejáveis ou não; sistema de aquecimento de águas sanitárias desse não funciona de acordo com as necessidades; quartel do Colombo tinha melhores condições; necessidades ao nível dos recursos humanos; atuais são obrigados a seguir turnos ou não; mudança de opinião por parte do interlocutor sobre os temas em apreço; condições de habitabilidade da sala da SALOC; estrutura de comando do RSB.

Em resposta às várias questões colocadas pelos deputados municipais, Fernando Curto, em nome da sua estrutura sindical, voltou a referir que, o cerne do problema é o reduzido

número de efetivos. Neste momento o socorro é sofrível, mas não o preocupa o que os outros sindicatos dizem.

Quanto à escola do RSB, o cargo de direção não é de nomeação política, mas sim de ordem profissional. No caso dele é licenciado e com mestrado em proteção civil, e está a fazer doutoramento em Madrid na mesma área, por isso considera que possui a formação adequada.

Quanto à posição que tomou no passado foi a propósito do quartel do colombo, já que o SNBP não concordava com a demolição. Foi prometida a construção de outro quartel, que até ao momento não se concretizou.

Referiu que se não há bombeiros para satisfazer as ordenanças, estas são deficitárias.

Confirmou que o quartel de Benfica apresenta problemas ao nível do aquecimento de água e que não existe obrigação de os bombeiros seguirem turnos.

Reforçou que o RSB não deve ser considerado como um departamento da CML, pois não há continuidade de projetos.

No que respeita à gestão do RSB, o SNBP não quer aumentar o mapa de pessoal de bombeiros, mas sim repor os que faltam.

São pela modernização dos quartéis e de toda a estrutura.

Entendem que a estrutura foi dimensionada tendo em conta a dimensão da cidade e que o problema prende-se com a aquisição de viaturas para dar resposta à estrutura e de mais recursos humanos.

Quanto à qualidade do ar e ruído da SALOC, o SNBP já descreveu de forma negativa as condições de habitabilidade. A que existia era uma das melhores do país. Deixámos de ter uma Central e passámos a ter uma “centralzinha”, afirmou Fernando Curto.

Em relação ao comando dos bombeiros profissionais, defende que o mesmo deve sair da estrutura.

Quanto ao número de bombeiros entende que, para ficarmos com uma situação razoável, são necessários mais 300 bombeiros.

3.4. Visita ao Comando do RSB, Avenida D. Carlos I (08 de Junho de 2016)

Os Deputados da 8ª Comissão foram recebidos pelos elementos que constituem o Comando do RSB, Comandante Pedro Patrício, 3 adjuntos técnicos, Capitão Pinheiro, Chefe Bispo e Dr.ª Carla. O 2º Comandante encontrava-se de férias pelo que não estava presente.

O Comandante começou por referir, genericamente, que a reorganização em curso incide sobre os recursos humanos, sobre os equipamentos e sobre as instalações, procurando maximizar os meios existentes à realidade da cidade de Lisboa, com uma significativa área histórica que comporta outros desafios. Nesse sentido, a reorganização implicou alterações ao nível dos batalhões e das companhias.

Referiu que o RSB se debate com o problema da escassez de recursos humanos, que atinge o seu nível mais baixo de efetivos dos últimos 10 anos, fruto da dificuldade nas novas admissões e da aposentação dos efetivos existentes. Está em curso a recruta de 48 novos membros.

Não obstante estar prevista a aquisição de 1 veículo auto escada e de novos Veículos Ligeiros de Combate a Incêndio (VLCI) a curto/médio prazo, a situação implica um número de efetivos necessariamente afetos aos serviços de apoio (manutenção) por forma a estar garantida a operacionalidade dos variados veículos e equipamentos existentes.

Considera fundamental a aposta na formação, pelo que confirma a existência de um número razoável de pessoas afetas à escola do RSB, aspeto fundamental para garantir a qualidade e segurança da atuação do Regimento.

No que se refere aos recursos humanos referiu que não estando em causa os meios de socorro, considera necessário completar o quadro de pessoal do RSB (total de 1112 homens), para garantir assim os 20 % de efetivos necessários à margem destinada a formação, férias, baixas, etc.

Relativamente a este aspeto informou que a CML irá abrir, num momento que espera curto, novo concurso para admissão de recrutas.

As perguntas, dos diversos deputados municipais versaram sobre o seguinte: questões decorrentes das reuniões com os sindicatos; adequação dos veículos às necessidades de

intervenção, Veículos Urbanos de Combate a Incêndio (VUCI) ou Veículos Ligeiros de Combate a Incêndio (VLCI); transferência da SALOC para as novas instalações em Monsanto; condições do equipamento de proteção individual (EPI); direcionamento das ocorrências; RSB tem ou não os meios suficientes para garantir a segurança da cidade; ponto de situação do regulamento e eventual estimativa da sua aplicação; redução prevista para o estacionamento existente no Quartel da 4ª companhia (Graça); despacho do comando que orienta a saída de VLCI em detrimento dos VUCI; aplicação do conceito de viaturas à condição; existência ou não, atualmente, de risco para o socorro na cidade de Lisboa; sendo o mapa de pessoal previsto para o RSB de 1112 bombeiros, qual, na opinião do Comando, seria o número mínimo adequado numa perspetiva restrita para garantir o serviço à cidade e quais os equipamentos disponíveis e adequados para o mesmo efeito; número de veículos ideal na frota afeta ao RSB para permitir um bom desempenho operacional.

Em resposta o Comandante referiu que os equipamentos de proteção individual (EPI) estão todos dentro das normas para EPI's urbanos possuindo certificação internacional. Referiu, ainda, que do concurso lançado para 850 EPI's apenas faltam os fatos de combate a incêndio, pelo facto de se aguardar decisão do tribunal sobre reclamação apresentada por um dos concorrentes a concurso. Foram comprados e distribuídos 350 fatos há cerca de dois anos provenientes de um anterior concurso, ainda que com condições de conforto inferiores aos que agora estão a concurso.

Relativamente ao concurso em curso foi, também, referido que dos 5 lotes, 3 foram adjudicados, faltando apenas as botas e os fatos alvo da reclamação apresentada em tribunal por um concorrente.

Relativamente ao direcionamento das ocorrências expôs que é na SALOC que se faz a gestão centralizada dos meios. Mencionou que a atual SALOC não tem as mesmas condições, a nível de área e condições de trabalho, mas que possui as mesmas funcionalidades, não estando por isso em causa a eficácia dos meios de socorro e que a Câmara Municipal de Lisboa se encontra a trabalhar na solução definitiva, o chamado Centro Integrado de Operações (COI).

Ainda no que se refere às instalações, deu nota que se encontra em curso a obra relativa ao Quartel da Alta de Lisboa, aumentando assim o número de Quarteis do RSB para 11 e que

relativamente à situação do Quartel de Benfica, o problema relativo à incapacidade do sistema para fornecer água quente em situações de utilização intensiva, se encontra a ser resolvida pela CML no âmbito da garantia da empreitada, uma vez que se constatou que o sistema tinha sido mal dimensionado.

Referiu também que o Quartel de Benfica recebeu o carro de bombeiros que estava baseado no Quartel do Colombo e que a maior perda com o encerramento das instalações do Colombo dizia respeito à situação do Museu dos Bombeiros, atualmente sem instalações próprias.

Em resposta a esta situação referiu que o RSB está a apostar na virtualização do Museu e que parte diminuta da coleção se encontra atualmente em exposição no Museu dos Coches até que seja encontrada uma solução definitiva que permita expor a totalidade da rica coleção de veículos.

Relatou, também, que, de acordo com o histórico de ocorrências, o socorro na cidade está garantido pelo que considera não existir risco, no conceito técnico do termo, mas alerta para a existência de perigo.

Referiu que para ter todas as equipas guarnecidas, ou seja ter as 60 viaturas prontas a sair sem quaisquer veículos “à condição”, são necessários 204 pessoas em permanência, por cada turno de 12 horas, o que contabilizando 4 turnos necessários dá um efetivo de 816 pessoas - a que acrescem os 20% destinados a serviços de apoio e às atividades de formação.

Deu igualmente nota que a “normalidade” seria não ter viaturas “à condição” (atualmente 34 estão prontas a sair estando 26 “à condição”).

Para o Comando, o limiar mínimo para garantia do socorro na cidade de Lisboa está estimado em 144 bombeiros por turno de 12 horas, pelo que irá propor ao executivo que este número seja garantido a todo o tempo recorrendo, se necessário, ao pagamento de horas extraordinárias até que esteja regularizado o número de efetivos do RSB.

Relativamente ao facto de um dos veículos de desencarceramento (VSAT) se encontrar à condição (Quartel da Encarnação) referiu que o histórico de ocorrências não demonstra a necessidade de 2 VSAT em prontidão.

No que se refere às questões levantadas relativas às grelhas de resposta/prontidão, referiu que não obstante a implementação do novo modelo operacional poder causar uma aparente

insegurança inicial nos operacionais, por alteração das rotinas estabelecidas, (equipas saíam sempre do mesmo quartel o que pode não ocorrer atualmente), foram tomadas as opções consideradas tecnicamente mais corretas na gestão dos recursos disponíveis, o que ditou o direcionamento dos VLCI (veículos ligeiros que facilitam a intervenção em áreas históricas) em determinadas localizações chave (áreas históricas de acesso difícil).

Relativamente ao regulamento, fez uma síntese do historial do mesmo, referindo que já foram elaboradas, ao longo do tempo, oito propostas diferentes e que o último data de 1943. Deu nota que defende a existência de um regulamento num modelo simplista que deverá ser ágil e flexível, e que nas atuais circunstâncias de escassez de recursos humanos a aplicação da última versão proposta implicaria perturbações significativas no normal funcionamento do RSB, pelo que, atendendo a que está igualmente em curso a alteração ao estatuto dos bombeiros profissionais, que estabelece o conteúdo funcional da carreira, considera prudente aguardar pela sua entrada em vigor em momento prévio ao regulamento do RSB.

Referiu, também, que as questões relativas aos horários e carreiras são questões de estatuto pelo que não cabem no regulamento.

No que se refere às questões relativas à diminuição prevista para o parque de estacionamento do Quartel da Graça, considerou que a parada é suficiente para os treinos da companhia e que, face às garantias da CML relativas ao novo edifício a construir como “contrapartida” do parque, as condições operacionais saem, inclusivamente, melhoradas. Considera que as prioridades da cidade devem ser estabelecidas pelo executivo pelo que vê com naturalidade a decisão tomada de abrir o parque aos residentes.

No que concerne às questões dos deputados municipais relativas às viaturas, referiu que o custo de um VLCI (Veículo Ligeiro Combate a Incêndio), é sensivelmente metade do custo de um VUCI (Veículo Urbano de Combate a Incêndio), mas que o comando foi sensível a alguns dos argumentos dos sindicatos pelo que os novos VLCI a adquirir irão ter a capacidade do agente extintor aumentada, de 1000 para 2000 litros, e que preveem a sua guarnição sempre com 6 homens por questões operacionais.

Por fim, considerou fundamental, para garantir o socorro na cidade, que o RSB tenha homens bem formados, aspeto crucial na reorganização em curso.

III. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 8ª Comissão Permanente - Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança - e bem assim, o Deputado Municipal Relator, reservam as suas opiniões para o Plenário da Assembleia Municipal, onde seja debatido o presente Relatório.

IV. CONCLUSÕES

A cidade de Lisboa, pelas suas características geográficas, é vulnerável a diversas situações de risco e apresenta características específicas em termos demográficos.

Para que o RSB possa continuar a prestar um serviço adequado à cidade, como tem acontecido, a Câmara tem procurado criar condições de trabalho dignas e adequadas, nomeadamente com reforço dos meios humanos e operacionais.

Não obstante, ao longo da última década, verificou-se um decréscimo em recursos humanos que se traduz, hoje, apenas num número de pouco mais de 700 bombeiros, e, de forma indireta, num vazio hierárquico, bem como na inoperação das ordenanças para as ocorrências tipificadas, por défice de efetivos.

A carência em recursos humanos implica, necessariamente, a diminuição da eficácia no socorro prestado, podendo colocar em risco os operacionais e os munícipes.

A aposta em reorganizações, ainda que eventualmente adequadas, apenas mascara a referida falta de meios humanos, não resolvendo o problema de fundo.

A CML aprovou a Taxa de Proteção Civil, justificada nos seus fundamentos pelo contributo para a melhoria das condições de segurança na cidade, pelo que importa que as suas verbas sejam canalizadas para um reforço dos meios humanos e materiais ao dispor do RSB e do SMPC.

Pese embora se comece a verificar algum investimento, com a recruta em curso e, no mesmo sentido, dar resposta às carências identificadas, com a aprovação, por unanimidade, na reunião extraordinária de 20 de Julho de 2016, da Proposta nº 389/2016 referente ao Concurso Público, com publicidade internacional, para Aquisição de dez Veículos Urbanos de Combate a Incêndios, para o Regimento de Sapadores Bombeiro de Lisboa, há que ir, ainda, mais longe.

Por outro lado, importa referir que se verificou um acréscimo de responsabilidade no RSB, em resultado do alargamento das suas zonas operacionais, com o desenvolvimento da cidade para a zona norte e oriental.

Daí que a zona norte, ao ter ficado desguarnecida de quartéis, foi alvo de uma importante lacuna na capacidade de resposta por parte do serviço de socorro, não respeitando o princípio de proximidade do serviço prestado à população, uma vez que a eficácia e prossecução das operações de socorro, para além de outros fatores, assentam num tempo mínimo de resposta, sendo a localização geográfica dos quartéis do RSB no território da cidade fundamental para garantir, a rapidez da prestação de cuidados de socorro.

Assim, para resolver este problema, a CML já deu início à construção de um novo equipamento no Alto do Lumiar, o que se reputa de positivo.

Em síntese, importa, ainda, no que concerne às principais preocupações manifestadas em sede de elaboração deste Relatório, referir o seguinte:

- É reconhecida a escassez de recursos humanos e de instalações;
- É reconhecida a pertinência das reivindicações do RSB e das organizações representativas dos trabalhadores;
- A proposta da CML carece de algumas correções e ajustes, no sentido de dotar o RSB das condições necessárias a uma resposta rápida, eficaz e segura;
- Tem havido um atraso no processo de reforço do número de bombeiros indispensáveis ao socorro na cidade de Lisboa;
- Foi manifestada preocupação relativamente às condições das atuais instalações da SALOC;
- Foi manifestada preocupação relativamente ao Museu do RSB e ao seu espólio; e,
- Foi identificada a carência de viaturas do RSB e que muitas delas estão obsoletas, sendo urgente a aquisição de mais viaturas (pese embora o esforço que começa a ser feito nesta área).

V. RECOMENDAÇÕES

Em face do exposto, tendo em conta que o município passou a pagar a Taxa Municipal de Proteção Civil, e de modo a assegurar que o RSB reúna as condições necessárias ao cumprimento da sua missão, recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. Promova a célere admissão do número mínimo de operacionais (408 bombeiros em turnos de 24 horas e 816 para todos os turnos), para compensar as aposentações, as situações de absentismo e as ações de formação, de modo a reverter a atual situação de carência;
2. Tendo em conta que o parque automóvel de veículos de socorro se apresenta envelhecido, proceda à progressiva renovação da frota com vista a garantir uma capacidade de resposta eficiente e eficaz;
3. Promova uma melhoria do espaço de funcionamento do atendimento ao socorro na SALOC, em Monsanto, assegurando melhores condições operacionais, em termos de disponibilidade de espaço e melhoria global da infraestrutura do imóvel, bem como das condições técnicas que as suportam;
4. Garanta a renovação adequada dos equipamentos de proteção individual e as condições de habitabilidade dos quartéis por forma a responder às solicitações funcionais, de higiene e de segurança exigidas pela legislação em vigor;
5. Proceda, no mais curto espaço de tempo, e tendo em atenção outras alterações legislativas em preparação, à elaboração do Regulamento Interno do RSB, consensualizado em processo negocial entre as organizações representativas dos sapadores bombeiros e a CML;
6. O limiar mínimo do socorro na cidade de Lisboa seja garantido a todo o tempo, recorrendo provisoriamente se necessário e até a entrada ao serviço das novas recrutas anunciadas, a medidas extraordinárias;
7. Valorize e ausculte os contributos do RSB e das organizações representativas dos trabalhadores, dentro dos prazos legalmente estipulados;
8. Garanta os direitos e as condições laborais dos trabalhadores do RSB;

9. Resolva, com carácter de urgência, o destino a dar ao Museu do RSB, preservando o seu espólio;
10. Resolva, de modo célere, os problemas detetados nas atuais instalações da SALOC, salvaguardando as devidas condições de espaço de trabalho e de insonorização;
11. Continue a comemorar o Dia Municipal do Bombeiro, uma justa e merecida homenagem e reconhecimento público da coragem, dedicação e empenho de todos os homens e mulheres que muito têm feito para contribuir para o bem-estar e segurança das populações; e,
12. Envie informação regular à 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança sobre a evolução das condições dos sapadores bombeiros de Lisboa.

Este Relatório foi aprovado pela unanimidade de todas as forças políticas presentes e representadas na Comissão.

Lisboa, 3 outubro de 2016.

O Presidente da 8.ª Comissão,

O Deputado Relator,

João Pinheiro

Rui Paulo Figueiredo